

BOLETIM 51

Brasília, 27 de janeiro de 2016

Indústria da construção teve queda em 2015 e está pessimista para 2016

A indústria da construção civil encerrou 2015 com queda na atividade e no emprego, informou a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O indicador do nível de atividade recuou de 36,3 pontos, em novembro do ano passado, para 33,3 pontos em dezembro. O índice relativo ao número de empregados caiu de 35,7 pontos para 33 pontos, no mesmo período.

Segundo a CNI, os níveis alcançados em dezembro para ambos os indicadores são os piores da história. De acordo com a metodologia da pesquisa, empresários conferem uma pontuação de zero a cem a cada item. Quando o patamar fica abaixo de 50, considera-se que há queda.

A indústria operou, em dezembro, em média, com 55% da capacidade de operação. Segundo a CNI, é o menor nível da série histórica, iniciada em janeiro de 2012. Na comparação com novembro, houve queda de dois pontos percentuais na utilização da capacidade operacional.

O desempenho fraco de 2015 impactou as expectativas e intenções do empresariado para 2016. A intenção de investimento caiu 1,3 ponto e está em 25 pontos, atualmente. Isso indica baixa propensão da iniciativa privada para investir ao longo dos próximos seis meses.



Mercado da construção: quadro continua de pessimismo

O indicador de expectativa do nível de atividade pelos próximos seis meses, caiu recuando 1,6 ponto, e está em 37,7 pontos. O índice de perspectiva em relação ao número de empregados recuou 1,2 ponto a atingiu 37 pontos. Os valores abaixo de 50 pontos indicam pessimismo.

Fonte: Agência Brasil

PNAD aponta 2,8 milhões de desempregados só em 2015

O dado é considerado inédito em nossa história econômica e social. Os dados da PNAD Contínua do IBGE contabilizam **dois milhões e oitocentos mil trabalhadores** que ficaram sem emprego no ano passado.

A outra marca histórica mais grave tinha sido registrada no governo Fernando Henrique, em 1998, quando, em um único ano também, o mercado chegou a desempregar exatos um milhão, 86 mil e 696 desempregados (cf.

Disoc/Ipea. Pois, em 2015, o governo Dilma mais do que dobrou a marca tucana.

Na última quinta-feira, o ministro do Trabalho, Miguel Rosseto, anunciou o resultado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que registra as admissões e demissões de trabalhadores com carteira assinada.

Somente em dezembro, 596 mil e 208 trabalhadores, que tinham carteira assinada, foram demitidos (a rigor, esse foi o saldo entre as admissões e as demissões no último mês do ano).

Portanto, mais de meio milhão de brasileiros ficaram desempregados em um mês - o mês do Natal.

Pelos resultados, o desemprego não apenas está aumentando, mas acelerando. Conheçam os números do CAGED, de janeiro a dezembro de 2015:

- 1) Janeiro: -62.270;
- 2) Fevereiro: 12.539;
- 3) Março: 34.724;
- 4) Abril: -85.936;
- 5) Maio: -110.870;
- 6) Junho: -100.389;
- 7) Julho: -152.066;
- 8) Agosto: -79.921;
- 9) Setembro: -91.803;
- 10) Outubro: -171.917;
- 11) Novembro: -138.254;
- 12) Dezembro: -596.208;

Total: 1.542.371 trabalhadores, que tinham carteira assinada, perderam o emprego.

Com exceção da agricultura, que criou a pequena quantidade de 9.821 empregos em 12 meses, todos os setores da economia desempregaram e estiveram distribuídos da seguinte maneira:



Diante da crise, muitos trabalhadores já não procuram mais emprego e partem para a informalidade

- Indústria de transformação: **+608.878** desempregados;
- Construção civil: **+416.959** desempregados;
- Serviços: **+276.054** desempregados;
- Comércio: **+218.650** desempregados;
- Indústria extrativa: **+14.039** desempregados;

O estoque formal - isto é, o número dos trabalhadores que têm carteira assinada - diminuiu em 1,6 milhão, caindo para 39,6 milhões de empregados com carteira assinada, **para uma força de trabalho de 101 milhões e 384 mil trabalhadores.**

Ou seja, 60% dos trabalhadores não têm carteira assinada, aqueles que têm estão diminuindo - e o desemprego afeta a todos os setores.

Comunicação CONTRICOM



Emprego industrial recua pela 50ª vez e folha salarial desaba 10,6%

O emprego nas indústrias do país calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) teve uma queda 6% no acumulado do ano de 2015 até novembro.

Apenas no 11º mês do ano passado, houve contração de 0,4% no nível de empregados na comparação com outubro de 2015 e de 7,2% frente a novembro de 2014. Já são 50 meses de variações negativas consecutivas frente ao mesmo mês do ano anterior, de acordo com a pesquisa.

“O fechamento de postos de trabalho na indústria é justamente um dos sintomas mais evidentes da desindustrialização”, defende o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) que completa afirmando em sua análise que este processo “está em pleno processo”.

A destruição do emprego nos setores de bens de capital, que lideraram o declínio da produção industrial é reflexo de uma grave crise de investimento, afirma o IEDI.

No acumulado do ano, todos os setores registraram queda no emprego industrial. As contribuições negativas mais significativas vieram dos setores produtores de meios de transporte (-11,2%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-13,7%), produtos de metal (-10,7%), máquinas e equipamentos (-8,0%), alimentos e bebidas (-2,2%), metalurgia básica (-7,3%) e indústrias extrativas (-4,7%).

A trajetória das horas pagas é igualmente preocupante, com contração de 7,7%, o que

“indica que o enxugamento dos quadros da indústria deve continuar”, segundo o Instituto. A folha de pagamento real das indústrias também desabou de acordo com a pesquisa: recuo de 7,5% no ano até novembro e de 10,6% na comparação com o mesmo mês de 2014.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Dívida pública cresce 21,7% e fecha o ano em R\$ 2,793 trilhões

A Dívida Pública Federal (DPF) cresceu 21,7% em 2015. Segundo números divulgados pelo Tesouro Nacional, o endividamento do Governo Federal encerrou o ano passado em R\$ 2,793 trilhões, com alta de R\$ 498 bilhões em relação ao estoque registrado em dezembro de 2014. A alta é recorde, com o maior patamar desde o início da série histórica, em 2004.

Inicialmente, o Tesouro Nacional havia informado que a dívida tinha crescido 24,8% e a alta era de R\$ 555,9 bilhões em relação ao estoque em dezembro de 2014. Os valores foram corrigidos posteriormente.

O principal fator para a elevação da dívida foram as emissões maiores que os resgates. No ano passado, o Tesouro Nacional emitiu R\$ 856 bilhões em títulos públicos e resgatou R\$ 704 bilhões, o que resulta em uma diferença de R\$ 152 bilhões. O restante da variação deve-se à apropriação de juros, que representa o reconhecimento dos juros devidos pelo governo aos investidores, que são incorporados gradualmente ao total do endividamento público.



Apesar da alta, a DPF ficou dentro do limite estabelecido pela equipe econômica para 2015, que era de R\$ 2,8 trilhões. No entanto, o estoque ficou acima do PAF original. No início do ano passado, o Tesouro tinha estabelecido um teto de R\$ 2,6 trilhões para a dívida pública. O limite foi reajustado no fim de 2015.

Segundo o Tesouro, o governo fez emissões superiores à necessidade de financiamento para enxugar o excesso de dinheiro em circulação na economia e ajudar no combate à inflação. O governo também ampliou o colchão da dívida para níveis próximos a seis meses do vencimento, contra cerca de três meses registrados até 2014.

Fonte: Agência Brasil

Arrecadação do governo é a pior dos últimos 5 anos

A grave recessão do país contribuiu para uma queda de 5,6% na arrecadação federal em 2015. Os números divulgados pela Receita Federal revelam que o desempenho da arrecadação, que somou R\$ 1,22 trilhão (valor nominal), foi o pior dos últimos cinco anos e a segunda queda anual consecutiva.

Em um cenário de quebra de empresas e o aumento desenfreado do desemprego, consequências da política econômica recessiva, o Fisco justificou a queda como um reflexo do baixo nível da atividade econômica, citando como exemplo a produção industrial do país, que caiu 7,7% em 2015.

O recuo ocorreu a despeito dos cortes promovidos em direitos e programas sociais, fim das desonerações e subsídios à indústria, e

aumento de impostos promovidos pelo governo Dilma como parte do seu “ajuste fiscal”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Vale diz que vai entregar casas a famílias de Mariana até o fim do ano

O presidente da mineradora Vale, Murillo Ferreira, informou que as famílias atingidas pela tragédia em Mariana podem receber casa até o final deste ano.

A Vale é uma das controladoras, junto com a mineradora BHP, da Samarco, empresa responsável pela barragem que rompeu no município de Mariana, em Minas Gerais, e espalhou rejeitos da mineração.

Segundo Murilo Ferreira, o conselho da Samarco determinou aos gestores da empresa que construam casas para todas as famílias atingidas.

O presidente da Vale se reuniu nesta segunda-feira com a presidenta Dilma Rousseff, mais representantes do Ministério Público e dos governos federal, de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Empresas e poder público tentam chegar a um acordo para recuperar a bacia do Rio Doce, que teve mais de 600 quilômetros de rio comprometidos com a lama da Samarco. Os rejeitos atingiram o Oceano e também causam estragos no ambiente marinho.

Fonte: Portal EBC



Governo retoma reuniões com o Conselho de Desenvolvimento

Com o tema Repactuação dos Caminhos para o Desenvolvimento, a presidenta Dilma Rousseff reativa nesta semana o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselhão. O órgão consultivo, formado por 90 representantes da sociedade civil, do empresariado e das centrais sindicais, não se reúne desde julho de 2014.

O foco das atividades do Conselhão será a busca de sugestões a serem adotadas pelo governo para retomar a confiança na economia brasileira em curto e médio prazos. Na primeira reunião, nesta quinta-feira (28), Dilma vai discursar no encerramento das discussões, propondo que sejam criados grupos de trabalho no âmbito do órgão para debater, entre outros, temas como a reforma da previdência. A possibilidade de o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ser usado como garantia de empréstimos também poderá ser discutida pelos integrantes do órgão.

O governo pretende enviar, no primeiro semestre, uma proposta ao Congresso Nacional com o objetivo de sanar o déficit no setor. A presidenta tem dito que uma das possibilidades é aumentar a idade mínima para aposentadoria, solução criticada por representantes dos trabalhadores.

Pela primeira vez, o órgão também vai contar com a participação de um representante dos empregados domésticos. Creuza Maria Oliveira, presidenta da Federação Nacional das

Trabalhadoras Domésticas, participará das discussões do órgão. A presença do ator Wagner Moura já foi confirmada, representando a Organização Internacional do Trabalho, ligada às Nações Unidas.

Convidado por Dilma para participar do órgão, o vice-presidente Michel Temer não vai comparecerá no primeiro encontro devido às viagens que já havia agendado anteriormente. Na semana passada, ele sugeriu à presidenta que o retorno do Conselhão seja uma oportunidade de o governo escutar o setor empresarial e acatar as propostas viáveis.

Nomes de peso da economia nacional também vão compor o Conselhão, como Benjamin Steinbruch (presidente da Companhia Siderúrgica Nacional), José Paulo Lemann (um dos sócios controladores da multinacional AB InBev), e Luiz Carlos Trabuco (diretor-presidente do Bradesco).

A repactuação do diálogo será o principal objetivo da retomada das atividades do Conselhão. Durante o encontro desta semana, além de Dilma e de ministros, vão discursar representantes dos empresários, dos trabalhadores e da sociedade civil. A formação definitiva do órgão ainda não está fechada, mas deve ser divulgada pelo Palácio do Planalto até esta quarta-feira (27).

Fonte: Portal EBC

PLS 555/2015: querem privatizar nossas estatais

O pacote de retrocessos que passou pelo Congresso Nacional em 2015 voltará à agenda em 2016. Entre eles, o PLS 555/15, conhecido como



“Estatuto das Estatais”, representa uma ameaça a empresas públicas, como a Caixa Econômica, Petrobrás, BNDES e Correios.

O Estatuto das Estatais reúne um substitutivo ao PL 167/2015, do senador Tasso Jereissati (PSDB), e uma referência ao PLS 343/2015, do senador Aécio Neves (PSDB).

Com o argumento de que o projeto preza pela “transparência” nas gestões, os tucanos determinam no texto que as “empresas públicas e sociedade de economia mista serão constituídas sob a forma de sociedade anônima”.

O PLS 555, caso seja aprovado, vai estabelecer um estatuto padrão para todas as empresas públicas, sejam elas municipais, estaduais ou federais. O projeto não leva em consideração o fato de que as gestões e estruturas dessas estatais são distintas.

O projeto prevê que o Conselho Administrativo das estatais deve ter a presença de 20% de conselheiros “independentes”. Porém, o texto não explica de quem o conselheiro deve ser independente, oferecendo uma margem generosa para interpretações. Dessa forma, o caminho ficaria aberto para, por exemplo, se inserir nas estatais profissionais das empresas interessadas em operar no setor.

Com a possibilidade de ser votado já no dia 2 de fevereiro, quando os parlamentares retornam do recesso, o Comitê em Defesa das Estatais anunciou seminário sobre o PLS 555.

O seminário ocorrerá no Hotel San Marco, em Brasília, nesta quarta-feira (27), das 9h30 às 17h. O evento contará com o apoio de centrais sindicais.

Fonte: Diap

Governo avalia uso do FGTS para empréstimo consignado

O governo estuda uma proposta para fazer com que o FGTS, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, seja usado como garantia para empréstimo consignado.

Segundo o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, o governo recebeu essa proposta de instituições financeiras.

A ideia é usar o saldo da multa do FGTS, caso o trabalhador perca o emprego. Segundo o ministro, em momento de alta do desemprego, o uso do FGTS reduziria o risco de inadimplência, no caso dos trabalhadores do setor privado e, por consequência, a taxa de juros cairia.

O governo pediu mais detalhes sobre a proposta às instituições financeiras, mas Nelson Barbosa disse que ainda não há uma decisão.

É preciso confirmar em quanto a taxa de juros seria reduzida e qual seria o impacto no FGTS.

Barbosa conversou com jornalistas, na semana passada, durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça.

O evento reúne lideranças de diversos países para discutir temas econômicos, de interesse global, como estratégias para a retomada do crescimento mundial e ações para o aquecimento da economia nos países.

Fonte: Portal EBC



CDH do Senado terá audiência com vencedor do Prêmio Nobel para debater trabalho escravo

Preocupado com o que considera "a legalização do trabalho escravo no Brasil", o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senador Paulo Paim (PT-RS) (*foto*) articulou a realização de audiência pública no Senado, no próximo dia 2 de fevereiro, às 9h, para tratar do tema. A iniciativa foi tomada juntamente com o presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho (ALJT) e membro do Fórum Nacional do Judiciário de Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas, juiz Hugo Cavalcanti Melo Filho.

Já estão confirmadas as seguintes presenças: o vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 2014, Kailash Satyarthi; o ministro do Trabalho e Previdência, Miguel Rossetto; o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Lélío Bentes Corrêa; o ator Wagner Moura, embaixador da Organização Internacional do Trabalho (OIT) contra o Trabalho Escravo; entre outros convidados.

Paim afirma que a atuação política faz parte da estratégia coordenada com os movimentos sociais para que os direitos dos trabalhadores sejam preservados no Legislativo.

Com informações da assessoria de imprensa do senador Paulo Paim

Fonte: Agência Senado

Aposentado ganha direito de continuar recebendo auxílio-alimentação

A 6ª Câmara do TRT-15 deu provimento ao recurso do reclamante que insistiu na manutenção do auxílio-alimentação na aposentadoria. A decisão colegiada declarou, em primeiro lugar, a competência material da Justiça do Trabalho para conhecer e julgar a presente reclamação trabalhista e, também, determinou o retorno dos autos à 4ª Vara do Trabalho de Bauru para nova sentença.

O reclamante trabalhou para a reclamada, a Caixa Econômica Federal, de 3 de setembro de 1973 a 2 de julho de 2012, tendo se aposentado em 19 de abril de 2012. Segundo afirmou, "durante todo o pacto laboral, recebeu auxílio-alimentação, inclusive em 13ª parcela, o que foi suspenso pela reclamada quando da sua aposentadoria". Por isso, pediu a condenação do banco ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas, bem como na sua implantação em folha de pagamento, sob pena de multa, alegando que assim se obrigara a reclamada por norma interna".



Segundo o relator do acórdão, desembargador Fábio Allegretti Cooper, ficou claro que o trabalhador não busca " quaisquer reflexos nas verbas do extinto contrato de trabalho, mas tão somente a complementação de aposentadoria por meio da entidade de previdência complementar que integra (FUNCEF)", mas tão somente que a " CEF mantenha o pagamento do auxílio-alimentação mesmo após a aposentadoria ".

O colegiado ressaltou que " a reclamada (CEF) é empregadora do reclamante e o objeto em discussão teve origem obrigacional vinculada à relação de emprego havida entre as partes, sendo a primeira a patrocinadora e instituidora do sistema de complementação de aposentadoria ", e por isso " não há litisconsórcio passivo ".

A Câmara salientou que não se aplica ao caso "a diretriz fixada nas decisões proferidas nos Recursos Extraordinários 586.453 e 583.050, do STF, pois regulam situação jurídica distinta dos presentes autos". Também negou a aplicação do artigo 515, § 3º, do CPC, como pretende o recorrente, porque "uma vez constatada a incompetência absoluta, a única providência legítima a ser adotada pelo magistrado no processo é a remessa ao Juízo competente" e "qualquer outro provimento jurisdicional, inclusive a extinção do feito, será evidentemente nulo, por falta do pressuposto processual da competência", afirmou. (Processo 0001863-16.2013.5.15.0091 RO)

Fonte: Jusbrasil

Comissão rejeita flexibilização de cota em empresas para pessoa com deficiência

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público rejeitou o Projeto de Lei 4773/12, de autoria do deputado licenciado Thiago Peixoto, que flexibiliza a obrigação de empresas com pelo menos cem funcionários a destinarem parte dos postos de trabalho a pessoas com deficiência.

Atualmente, a Lei 8.213/91 determina que essas companhias reservem de 2% a 5% de suas vagas a quem tem alguma deficiência. A proposta do deputado permite que a empresa opte pela concessão de bolsas de estudo, com valor igual ou superior a um salário mínimo, no lugar da contratação.

Segundo a relatora na comissão, deputada Gorete Pereira (PR-CE), a proposta distorce a realidade, pois não se está fomentando parceria ou combinando forças entre Estado, empresa e sociedade.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)